

SEGUNDA PARTE

**Péssima memória dos regimes de exceção:
torturas para quê?**

Péssima memória dos regimes de exceção: torturas para quê?

“**A** tortura cessou de existir”, declarou Vitor Hugo, em 1874. Mais de um século depois, percebemos que o escritor francês havia se equivocado. Durante o regime militar, a prática da tortura tornou-se instrumento privilegiado do aparato repressivo montado para manter a ordem. Inicialmente utilizada de forma arbitrária, passou a método científico, criteriosamente planejado (Magalhães, 1997: 204) e incluído nos currículos de formação de militares (*Brasil: nunca mais*, 1998: 32).

Mas o que é tortura? A definição do termo é um tema extremamente complexo e motivo de amplo debate. O dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira define tortura como “suplício, tormento, infligido a alguém”, mas também nos fornece seu significado figurativo: “grande mágoa” ou “lance difícil”. Foi a partir do século XVII que o termo ganhou conotações figurativas, passando a se referir a emoções e sofrimentos generalizados extremados, de qualquer espécie. Em sua origem, concebido como um termo jurídico, atualmente passou a significar qualquer coisa que se deseje que signifique, ou seja tornou-se um termo moral-sentimental que designa o ato de causar sofrimento de qualquer tipo em qualquer pessoa, para qualquer propósito – ou mesmo sem propósito (Peters, 1989: 9).

O termo “tortura” é usado hoje em dia de forma generalizada e figurativa, geralmente dito quando se quer falar de alguma crueldade. Tudo pode ser tortura: a fome, a pobreza, uma descarga elétrica, até mesmo ficar longe da pessoa amada. Os significados do termo no senso comum são visíveis na fala de um sindicalista argentino na véspera do retorno de Juan Perón do exílio: “E havia torturas e torturas. Depende de quem seja torturado. Se é um malfeitor, está certo. Mas um homem que está tentando salvar seu país, aí é diferente. Sabe, a tortura não é apenas descarga elétrica; a pobreza é tortura, a frustração é tortura” (Peters, 1989: 177-8).

A polissemia do termo tornou-se de certa forma uma barreira a uma definição precisa e universalmente aceita de tortura, dificultando, assim, a elaboração de tentativas eficazes de ação contra ela. Podemos ficar com a definição da Associação Médica Mundial, reunida em assembléia em Tóquio, em 1975 (*Brasil: nunca mais*, 1998: 281):

Tortura é a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por conta própria ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer.

Ao longo do século XX, essa prática espalhou-se deliberadamente, sendo quase impossível construir uma geografia e uma cronologia da tortura (Peters, 1989: 180-1). Durante a ditadura militar instaurada no Brasil, ela foi parte integrante do sistema repressivo montado pelo Estado, sendo um dos elementos privilegiados da estratégia de manutenção do poder. Acabou se tornando método exclusivo para obtenção de informações e apuração de fatos nas investigações policiais e militares (*Brasil: nunca mais*, 1998: 290). A tortura não servia apenas a isso, funcionava também como instrumento para desmobilizar as oposições por meio da intimidação, atingindo não apenas aqueles que eram a ela submetidos, mas também, e talvez principalmente, os grupos e movimentos de que faziam parte tais indivíduos, uma vez que a experiência com os interrogatórios era transmitida aos demais (Magalhães, 1997: 209).

Instrumento para obtenção de informações, apuração de fatos e intimidação. A tortura se tornou extremamente eficaz aos propósitos dos militares no poder. Inseriu-se tão fortemente na prática judicial, porque era útil como reveladora da verdade e agente de poder. Sofrimento, confronto e verdade estão ligados uns aos outros na prática da tortura. Utilizada para fazer alguém confessar, toma ares de duelo. A confissão se torna, então, a vitória de uma batalha entre dois adversários (Foucault, 2003: 37). Não é a informação, mas a própria vítima, que a tortura precisa derrotar (Peters, 1989: 190).

Duelo entre o torturado e o torturador, mas também entre mente e corpo da vítima. Segundo o psicanalista Hélio Pellegrino (*apud* Brasil: nunca mais, 1998: 281-2), durante a tortura, o corpo torna-se inimigo e persegue o seviciado. O corpo volta-se contra a vítima, transforma-se em seu inimigo de morte, obrigando-a a falar. O discurso produzido nessas circunstâncias “é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto”.

Nesse confronto, várias foram as técnicas utilizadas para quebrar a defesas do torturado. Optamos por dividi-las em três grandes grupos: torturas físicas, farmacológicas e psicológicas, lembrando que muitas vezes elas estão intercaladas. Todas as torturas físicas deixam seqüelas psicológicas e há aspectos físicos ligados às torturas psicológicas, como a privação dos sentidos e o confinamento solitário. As torturas farmacológicas podem agir sobre as condições físicas e é preciso lembrar também que, se costumava usar uma combinação dessas torturas em cada indivíduo (Peters, 1989: 198).

Torturas físicas

• *Pau-de-arara*

Foi o instrumento de tortura mais utilizado no Brasil. Consiste em dois cavaletes de madeira com cerca de um metro e meio de altura e um suporte na parte superior onde se encaixa uma barra de ferro. Essa barra de ferro é atravessada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho da vítima, geralmente nua. Assim levanta-se o prisioneiro para pendurá-lo entre os dois cavaletes. Além de sentir grandes dores devido à tração e à paralisação da circulação dos membros, a vítima fica totalmente a mercê dos interrogadores para ser submetida a outros tipos de tortura, como choques elétricos, espancamentos e afogamentos.

Perly Cipriano, em sessão da Comissão Especial dos Atos Políticos 1961-1979, realizada no dia 3 de junho de 1998, relata a experiência a que foi submetido:

E eu quero dizer que, com a experiência de vida que eu tive, a maioria das delegacia do Brasil utilizou o pau-de-arara. É um método de tortura mais simples mas, extremamente violento. Botam uma cadeira de lá e outra de cá, um pau atravessado no meio, amarram o braço, a mão e a perna, botam a pessoa no meio e ela fica ali curvada, sentindo uma dor extremamente violenta. No meu caso eles combinavam com uma palmatória grande de madeira, batendo no calcanhar, e tínhamos a impressão de que o cérebro ia sair. A dor já era terrível, e eles ainda batiam no calcanhar. Eles utilizavam uma toalha molhada e a enfiavam ela na cara da pessoa. Então, a pessoa levava o choque, a porrada, estava no pau--de-arara e com a água escorrendo no rosto sem ter como você respirar. Então, eles tinham muitos métodos e formas de tortura, praticamente, com todas as pessoas que estiveram nesse período.

Na sessão realizada em 5 de agosto de 1998, Laura Maria Campos da Silva relata que foi vítima dessa prática:

No segundo dia da Operação Bandeirantes, pegaram-me à noite, colocaram-me jornal na boca para inibir o grito. Comecei a receber palmatória, colocaram-me em um pau-de-arara, onde só agüentei 5 minutos.

• *Choque elétrico*

O eletrochoque geralmente era dado por um telefone de campanha do exército. Era constituído basicamente de um dínamo e acionado por uma manivela que conforme a velocidade imprimida fornecia maior ou menor intensidade de descarga elétrica. A máquina geralmente era ligada a dois longos fios que tocavam o corpo da vítima, mais freqüentemente nas partes sexuais, ouvidos, dentes e língua. Geralmente era o complemento do pau-de-arara. Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Aristides da Silva Souza relata sua experiência:

[...] fui levado para o 3º BC [*Batalhão de Caçadores*] Quartel do Exército em Vila Velha, indo logo para a seção de choque elétrico, amarrado a uma cadeira afixada no chão. Falei para os policiais torturadores: se a direção nacional da organização estava toda na cadeia, eles não tinham nada mais a colher dos elementos das direções regionais. Foi suspensa a tortura, eu e cinco companheiros seguimos algemados, de avião, para São Paulo, para a Oban, onde, nas acareações com companheiros de outros estados, passei por sessões de choques elétricos e “porrada” por todo o corpo.

Na sessão do dia 8 de junho de 1998, João Amorim Coutinho conta que também foi torturado dessa maneira:

Após várias tentativas de convencimento tanto pelos militares como pelos próprios companheiros, que diziam que o melhor seria dizer tudo, pois não suportaria as torturas, me mantive dizendo que não tinha o que contar, que não sabia de nada que interessasse a eles. Imediatamente foi iniciado um processo de tortura com choques elétricos nos ouvidos, língua, testículos; processo que durou cerca de quatro dias aqui no Quartel do 38º BI.

- *Cadeira do dragão*

Este foi um instrumento de tortura tipicamente brasileiro, criado pelos técnicos da Operação Bandeirantes (Oban). Consiste em uma poltrona simples, geralmente de madeira, com o assento, o encosto e os apoios do braço revestidos de placas de metal (zinco ou alumínio). Nela havia um proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de eletrochoque. A vítima era amarrada na cadeira por tiras de couro nos pés e nas mãos e recebia descargas elétricas em várias partes do corpo.

Na sessão do dia 20 de maio de 1998, Francisco Feitosa Norberto relata como era praticada tal tortura:

Vou falar como era a tortura: era uma cadeira tipo esta, com uma alça, o meu braço aqui, o outro aqui, uma braçadeira que travava, travava aqui e travava as pernas, nu, arrancaram a minha roupa, colocaram-me nu naquela cadeira de ferro, jogaram um balde de água em cima, ligaram um fio no pé da cadeira, giravam uma máquina e a rotação daquela máquina aumentava a voltagem, aumentava o choque. Era terrível! Tinha momentos em que eu perdia a visão.

Laura Maria Campos da Silva relata na sessão do dia 5 de agosto de 1998, como encontrou João Amorim Coutinho – seu esposo, na época – em uma das salas da Oban:

À meia-noite do dia em que cheguei lá, fui chamada na cela. Lá fui para a sala de tortura, onde encontrei o companheiro Amorim sem roupa, já numa cadeira galvanizada que era chamada “cadeira do dragão”, sendo torturado.

- *Espancamentos*

Os espancamentos eram realizados das mais variadas maneiras: chutes, socos, “telefone” (o torturador golpeia o ouvido da vítima com a mão aberta imitando um telefone e ocasionando a ruptura do tímpano) e com os mais variados instrumentos: palmatória, chicote, pedaços de madeira, cordas molhadas, cassetetes, etc. Vários dos depoentes à Comissão relataram casos de espancamentos ocorridos em dependências de órgãos de Estado. Aristides da Silva Souza relata, na sessão do dia 27 de maio de 1998:

Fui interrogado na Polícia Federal pelo delegado, dois capitães do Exército e o procurador geral da República do Estado do Espírito Santo. Isto se deu das 23 horas às 5 horas da manhã, com socos por trás da cabeça, telefones, tapas com as palmas das duas mãos, que comprimem o ar, atingindo os tímpanos causando dor e atordoamento. Após oito dias no Departamento de Polícia Federal, jogaram-me no meio dos presos comuns em Bento Ferreira, onde permaneci por quarenta dias. Dali fui levado para o 3º BC, em Vila Velha. Após trinta dias no cubículo daquele quartel, incomunicável, dormindo no piso acimentado sem nenhuma cobertura, chegam de súbito três oficiais, sentam-me num caixote, raspam meu cabelo com máquina zero, me vedam os olhos com um pedaço de pano. Reclamando que o pano que me vendava os olhos estava muito apertado, levei um tapa no rosto que me deslocou o maxilar. Saí do cubículo com esses militares num carro e fui levado para a Barrinha, lugarejo dentro do quartel, à beira-mar, onde fui interrogado e torturado com os olhos vedados. Queriam saber o nome de um general vinculado à Ala Vermelha. Após dias, tendo melhorado dos hematomas pelo corpo causados pela tortura, mandaram-me para o Instituto de Readaptação Social (penitenciária). Saía de duas a três vezes por semana para ser acareado com estudantes que eram presos. Ali fiquei cinco meses, quando fui solto.

Na sessão do dia 5 de agosto de 1998, Gildo Loyola relata os maus-tratos que sofreu enquanto esteve nas mãos de agentes policiais:

Durante o interrogatório na Polícia Federal, eles queriam saber de tudo, guerrilhas, coquetel molotov, armas, nomes de companheiros, etc., através de métodos bárbaros, como agulhadas na unha, choque elétrico, batidas com coronhas nas pontas dos dedos. Era difícil identificar os policiais, estavam sempre de óculos escuros e bem disfarçados para não serem reconhecidos. Depois de muita dor física, fomos encaminhados à Central de Polícia Civil, que funcionava em Bento Ferreira, para ser identificado criminalmente e, depois, para a penitenciária da Glória, incomunicável. Da prisão fomos levados para o 38º BI, para interrogatórios, humilhações, porrada de todos os tipos, para informar coisas que não sabíamos. Na penitenciária da Glória, ficamos sem tomar banho por alguns dias, na sela 66 do 2º pavimento, junto aos companheiros, Aristides, José Carlos Rizk, etc.

Aristides da Silva Souza, na sessão de 13 de maio de 1998, traz o relato dos maus-tratos recebidos em sua primeira prisão, em 1969 e na segunda, em 1971:

Na primeira, fui preso em casa às dezenove horas pela Polícia Federal, sendo interrogado até as cinco horas pelo procurador da República, por um capitão do Exército e por três policiais federais, até às cinco horas da manhã, sem tomar água, sendo torturado nos tímpanos, a tortura chamada de “telefone”; ripa na canela; murro nas costas; na cabeça. Fui jogado no meio dos presos comuns, naquela época, em Bento Ferreira, dali transportado para a penitenciária, e dali para o 3º BC. [...]

Oban era só tortura! Inclusive todos os policiais de lá, para mim, tinham problemas psicopatológicos, eram tenazes na torturação, sentiam-se bem. Veio a minha segunda prisão em 1971 pelo DOI-Codi, entre oito companheiros. Fomos torturados na Oban, de lá para o Dops, novas torturas e de lá para a prisão Tiradentes, São Paulo, onde tinham cubículos só para presos políticos, até por organização. Mais dez meses preso, está aí no meu dossiê [...]

Dines Brozeghini Braga nos informa, na sessão do dia 13 de agosto de 1998, o que sofreu durante sua permanência no 3º Batalhão de Caçadores (hoje 38º Batalhão de Infantaria), em Vila Velha:

Eles me disseram que eu estava convidado a ir ao 3º BC – naquele tempo ainda era o 3º BC, estava em transição, não era o 38º. Então eu disse já que ele estava me convidando eu iria lá na segunda-feira. Responderam-me que eu teria que ir com eles. Então eu disse que desta forma eu não estava sendo convidado, mas sim obrigado. Mandaram-me interpretar da maneira que eu quisesse.

[...] Resolvi ir. Levou o Odílio também, um rapaz que não tinha nada, estava iniciando, e quando cheguei lá fui recebido a bofetão.

Falei: “Gente, vocês me convidam para vir aqui e me recebem a bofetão? Que convite é esse?” Metralhadora, revólver, cassetete. [...]

Não tinha água, eram mais ou menos dez horas da manhã, e quando eram duas horas da tarde eu não tinha comido nem bebido nada, uma vontade de urinar tremenda, pois sempre tive uma saúde de ferro, e tenho até hoje. De vez em quando chegava um sujeito truculento e ameaça a pessoa. E saía o truculento e chegava o com voz mansa, para intimidar a pessoa com aquela maciez de sua voz.

Pedi para ir urinar. Naquele local não tinha mictório. Apareceu um camarada que me levou para um outro prédio, no 3º BC. Está tudo lá. Quando saí, já saí debaixo de bofetão. E me mijei todo. T tamanha era a raiva, que corri atrás do sujeito que me deu o bofetão. Pensei: vou morrer mesmo, o que adianta bancar o bonzinho? Já estou nas mãos deles!

[...] Quando voltei já voltei debaixo de tapa. Batiam por trás e corriam. Era a Polícia Civil aqui do Espírito Santo. Falava que quando os pegasse na estrada, daria um castigo neles. Mas felizmente nunca os encontrei.

Me levaram para um auditório grande, onde senti vergonha, ao ver a traição por parte de um dirigente nosso, o Sr. Fued dos Santos. Fui levado, cheguei lá andando. Perguntaram-me se conhecia aquele cidadão. Olhei bem para ele para poder encorajá-lo e disse: “Não o conheço”. Depois perguntaram a ele se me conhecia. Foi quando ele colocou todos os pingos nos “is” do meu nome e disse: “Dines Brozeghini Braga”. O camarada que estava me conduzindo me deu um bofetão e café. Não vou dizer que estava cheio de coragem porque nenhum prisioneiro tem coragem. Todos os prisioneiros podem ter hombridade, mas não coragem. Têm de estar sempre com o “rabo no meio das pernas”. Café, mas levantei. Quando levantei, veio a mesma pessoa que era capitão do Exército e me bateu novamente. Aí foi quando usei das minhas artimanhas de

judoca. Ele caiu no chão e não levantou mais. Só saiu em uma maca. Quebrei uma cadeira e me encostei em uma parede, xingando todo mundo, porque a essas alturas já estava acovardado, mas cheio de hombridade. Foi quando entrou um pelotão do Exército com metralhadoras, apontando para o meu lado. Disseram: “Renda-se ou vamos fuzilá-lo”.

[...] Colocaram-me em uma solitária, onde permaneci durante vinte dias. Só saía de noite para apanhar de toalha molhada, “telefone”, choque elétrico. Procurei memorizar bastante as instruções que recebi em caso de prisão. Então a minha posição era calado.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Lúcio da Costa Fonseca relata:

E começaram a nos bater e quebraram-nos de pancada e começou o pau.

Depois de uns vinte dias, mais ou menos, que estávamos em poder deles (todo o mundo apanhou), disseram: “Esses caras tem que ir para uma delegacia política, eles não podem ficar aqui; vocês não podem nem pensar em matar esses caras agora. E levaram-nos para o Dops do Rio de Janeiro, na Lapa, e iniciaram um trabalho político: pancada, tortura e querendo saber da situação da nossa organização.

Mas nessas alturas, os nossos companheiros tinham saído da possibilidade de serem presos caso não agüentássemos com o sistema de tortura, que, por sinal, é violentíssimo. Ninguém dirá que agüenta porque não agüenta. O homem tem uma certa capacidade de agüentar pancada e chega um certo ponto que ele não agüenta mais. A não ser nos filmes como *Coração valente*, em que o camarada apanhou, rasgaram sua barriga e depois não disse uma palavra. Talvez isso possa acontecer.

• *Torturas em gestantes*

Até mesmo o fato de estar grávida transformava-se em um instrumento de chantagem nas mãos dos torturadores. Muitas mulheres perderam seus filhos, ainda no ventre, nos porões da ditadura militar. Laura Maria Campos da Silva, na sessão do dia 5 de agosto de 1998, relata como perdeu o filho que estava esperando devido às torturas sofridas na Oban:

Ao chegarmos em São Paulo (Oban), foi pedido que fizéssemos um depoimento do próprio punho, de como tínhamos ingressado na Esquerda. Fizemos o depoimento e nele registrei que estava grávida. Às 19h30m, fomos levada a um hospital militar, onde foi feito um exame de urina. O resultado me foi dado pelo policial, que disse o seguinte: “Pode ficar tranqüila porque não vai acontecer nada com você, pois está grávida”. Não confiei muito naquilo, mas guardei o exame que comprovava a minha gravidez. De lá fui levada para a cela. [...]

Naquela noite eles não me torturaram. Ameaçaram torturar-me para que o Amorim delatasse os companheiros. Por diversas vezes, ameaçaram que iriam me torturar para que ele entregasse os companheiros. Ele não aceitou essa negociação, como não aceitou a barganha aqui no 3º BC, onde lhe foi prometido, caso entregasse o Netinho, que nos liberariam no referido local. [...]

Sentia muitas dores no abdômen e na vagina porque tomamos choque na vagina também. Na cela não tinha banheiro, era um quarto improvisado. Os policiais abriam um quarto para que fôssemos ao banheiro. Ao urinar senti uma dor muito grande e senti que estava descendo alguma coisa. Ao colocar a mão vi que era o meu neném, era o feto que tinha se desprendido.

Estava comigo na cela a Sra. Guiomar (nome de guerra da Joana Sagrillo, professora universitária de Belo Horizonte, da Ala Vermelha do PC do B). Ela me sugeriu pegar o feto e jogar na cara dos torturadores. Eu falei: “Não, Joana; nem depois de morto eu quero que meu filho caia nas mãos desses torturadores”. Coloquei o feto no vaso e tentei dar descarga, mas, como o volume era grande, ficou preso no vaso. Até hoje isso cria em mim inibições: não fico no banheiro com as portas fechadas e sempre chamo uma filha para ficar comigo porque tenho bloqueios. Durante muito tempo, falar sobre esse assunto foi um tabu para mim.

Em sessão anterior, realizada no dia 20 de maio de 1998, Francisco Feitosa Norberto cita o caso de Laura Maria Campos da Silva:

Ao falar da companheira Laura, deixo registrado que essa companheira foi presa conosco, abortando um filho na prisão, sob tortura. Ela, depois que voltou, se formou em odontologia, era esposa de João Amorim Coutinho, que foi presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo e, na prisão, em São Paulo, eu também estava lá. Os capixabas foram de avião.

Lá na prisão Laura abortou sob tortura e então circulou pelas celas o seguinte comentário: “O herdeiro já era!”

• *Afogamento*

Essa técnica consiste, originalmente, em imergir a cabeça da vítima na água, tanto no mar, num rio, como até mesmo em um barril. Associada ao pau-de-arara, os torturadores costumavam imobilizar a cabeça da vítima e, através de tubos plásticos ligados a um funil, despejavam água em suas narinas enquanto a boca era amordaçada. Para aumentar o sofrimento, por vezes eram adicionados outros elementos à água.

Torturas farmacológicas

Produtos químicos também foram usados para torturar presos durante a ditadura militar. Um dos produtos utilizados foi o pentotal sódico – conhecido como “soro da verdade” –, que age como um anestésico, fazendo com que a vítima caia em estado de letargia, reduzindo sua resistência consciente. Assim, ela é submetida a interrogatório. Os efeitos colaterais são náuseas, vômitos, mal-estar e sintomas pós-anestésicos. Outros produtos utilizados – até com mais frequência – foram o amoníaco e o éter.

Laura Maria Campos da Silva relata na sessão do dia 5 de agosto de 1998, o que presenciou enquanto esteve presa em São Paulo, na Oban:

Cleusa morava com o Sr. Paulo de Tasso e foi presa quando ia pagar uma conta de luz que ficou esquecida dentro da sua bolsa. Ela foi torturada durante oito horas, inclusive com aplicação de injeção de éter no pé, que acabou apodrecendo e teve que fazer um enxerto, para que ela desse o endereço da sua casa, pois eles queriam o Paulinho.

Torturas psicológicas

• *Uso de animais*

Até mesmo animais foram usados pelos torturadores para promoverem terror em suas vítimas. Na sessão realizada no dia 13 de agosto de 1998, Dines Brozeghini Braga descreve:

Certo dia colocaram-me em uma sala onde havia apenas uma pequena abertura em uma porta e colocaram um papel grande, até papel almaço pautado. Aí ele disse: “Você não fala nada, então escreve aí o que você sabe”. E puseram dois cachorros na porta, aquele cachorro pastor alemão que vive sempre com a língua de fora. Pensei: o que eu vou escrever nesse papel? Aí me lembrei da *Folha Capixaba*, um jornal legal que se encontrava nas bancas, então eu podia falar à vontade ali. Aí, eu fazia as letras grandes para que eles não pudessem depois, acrescentar nada. Escrevi uma página. E os cachorros estavam ali. Se aqueles cachorros avançassem em mim, um eu dominava, porque eu metia a mão na língua dele e não soltava, mas dois era mais difícil. Qualquer gesto que eu fazia o cachorro ficava em posição de alerta.

Ângela Milanez Caetano relata, na sessão do dia 27 de maio de 1998, os maus-tratos recebidos, sendo ameaçada inclusive com uma cobra:

Fui presa no dia 28 de novembro de 1972, na minha residência, à rua Fernando de Sá, nº 40, Paul, Vila Velha, e levada para os órgãos de repressão do 3º BC em Vila Velha, por agentes policiais estaduais, federais e pelas Forças Armadas do Estado, que me raptaram, dizendo que iria prestar alguns esclarecimentos.

Chegando ao 3º BC, consegui entender tudo que estava acontecendo, pois encontrei com vários companheiros de luta e daí para a frente começaram as torturas. [...] Posso detalhar alguns tipos dessas torturas. Por exemplo: pediram para eu ficar nua. Não obedecendo, rasgaram minha roupa; só conversavam comigo sem roupa e na calada da noite; me colocaram um capuz e ficaram rodando dentro do 3º BC como se estivesse viajando, para dizer que estavam me levando para São Paulo para prestar depoimento na Oban e levaram a gente para uma sala que não sabia onde era; colocaram sobre mim uma cobra jibóia, para ver se me abatia; me davam socos nos ouvidos e me ameaçavam de morte com o revólver; só podia fazer minhas necessidades fisiológicas com os guardas à minha frente, assistindo tudo; ameaçavam soltar os cachorros em cima de mim; fiquei incomunicável por trinta dias sem notícias da família; fiquei por dez dias com a mesma roupa rasgada e sem poder tomar banho; fiquei numa solitária por uma semana, onde a tortura era ser enrolada com um cobertor daqueles que são usados como manta por cavaleiros [...]

• *Tiros e ameaças*

Jorge Wilson Pereira relata, na sessão do dia 23 de junho de 1998, a pressão por que passou:

Quando viemos presos – nós porque vieram mais pessoas no mesmo carro – para o 38º BI, um policial federal chamado Antônio Gordo resolveu fazer tiro ao alvo na minha cabeça. Ali na ponte – antes de chegar a Cavalinhos há um barranco grande, à esquerda –, em cima da minha cabeça e de Armando Aguiar, davam tiros de metralhadora.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Lúcio da Costa Fonseca descreve:

Fomos para a Ilha do Governador, e lá nos disseram: “Vocês não querem falar, vocês vão morrer. São bandidos, traficantes... Alguma coisa são. Vamos matar vocês; aqui é para matar”. Colocaram-nos num camburão e nos levaram para a beira da estrada. Começaram a atirar em nós, mas com bala de festim.

José César Leite relata na sessão do dia 3 de junho de 1998:

Tinha um procurador geral da República que chegava a nos intimidar em seus interrogatórios com armas, não apontando, dizendo que iria atirar. Tirava as balas do revólver, rodava e ficava apontando a arma para o nosso lado. Essa é uma forma intimidatória e tudo isso acontecia durante a madrugada.

• *Tortura e pressão em familiares*

Os agentes torturadores muitas vezes se utilizaram também de familiares, para conseguirem arrancar de suas vítimas as informações que desejavam.

Em sessão realizada no dia 13 de agosto de 1998, Dines Brozeghini Braga relata:

Quando falava era a respeito da minha família e ameaçaram buscar a minha esposa. Continuaram perguntando, mas dizia que não sabia de nada.

Luiz Carlos Fernandes Rangel fala sobre a experiência de seu pai Aristóteles Rodrigues Rangel, na sessão realizada no dia 8 de junho de 1998:

Tudo o que venho depor hoje é dizer que, em 67, naquele pequeno golpe, naquela pequena tramóia, que vários militantes foram presos e mortos, aconteceu uma história fundamental naquele momento: o meu pai foi preso pela Polícia Federal e pressionada, minha mãe, para denunciar, escrevendo uma carta para a Polícia Federal, e ele foi preso aqui na Polícia Federal de Vitória.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Lúcio da Costa Fonseca descreve:

Quando falo que fui preso no Rio de Janeiro nessa situação as pessoas pensam: isso não foi nada! Pegaram minha mãe e meu pai que são velhos, levaram para o Terceiro BC e lá permaneceram por três dias. Pegaram o velho e o quebraram no pau.

Na sessão do dia 8 de junho de 1998, Isaías Pinheiro conta como foi torturado e perseguido por ser filho do militante Enéas Pinheiro:

Quando os policiais chegaram, descobriram que eu era filho do Enéas Pinheiro e ficaram furiosos. Um deles me pegou pelo colarinho da camisa e pelo cós da calça e me jogou dentro do jipe, ficando com uma arma apontada na direção da minha cabeça, enquanto outros reviraram a casa. Dois policiais ficaram amoitados perto da minha casa, durante a noite, a mando de fazendeiros. No caminho, eles queriam que eu desse conta do meu pai, e me esbofetearam, querendo a lista do Grupo dos Onze. Eu falava que não sabia.

Chegando à delegacia, onde hoje é o Corpo de Bombeiros, prenderam-me junto com um homem do mesmo partido, Sr. José Lopes. Fiquei três dias sem comida. Soltaram-me no terceiro dia, à tarde, para que eu pedisse a ele que se entregasse. [...]

Durante uns dez anos eu tive que dar satisfação na delegacia de polícia se eu saísse da cidade de Colatina, e, dentro da cidade, eu só podia ficar até às 9h da noite.

Laura Maria Campos da Silva fala, na sessão realizada no dia 5 de agosto de 1998, sobre a pressão de ver o seu marido, na época (João Amorim Coutinho), sendo torturado:

Sentíamos a tortura de ver um companheiro ser retirado da cela a qualquer hora do dia e chegar todo machucado de tortura. O companheiro João Amorim foi torturado durante quatro dias no 3º BC.

• *Perseguições*

Muitas pessoas tiveram as vidas desestruturadas por causa de perseguições promovidas pelos agentes da ditadura militar. Muitos tiveram de trocar de nome, abandonar os estudos, o emprego, os amigos e os familiares, para conseguir escapar da repressão.

Na sessão realizada no dia 13 de maio de 1998, Dines Brozeghini Braga fala da perseguição que sofreu:

[...] começaram a nos perseguir. Caí na clandestinidade. Fui cabeludo, barbudo, careca, naquela época não era careca, mas cortava o cabelo baixo e usava boné, chapéu, e um monte de disfarces. E nunca fui preso, até 1972. Saí de Belo Horizonte com a minha família, eu era pai de cinco filhos, e vim para Paul, aqui no Estado. Quando eu queria viajar para Belo Horizonte, muitas vezes ia a pé até Flexal, até Alfredo Maia, hoje capitania, para pegar o trem, e julgava que estivesse... eu tinha comigo algumas coisas que não podia falar.

Júlio Moreira relata, na sessão realizada no dia 23 de junho de 1998:

Ficamos quase doidos por causa da onda [*golpe*], pois inventaram muitas mentiras e perseguições. Sofremos muitas provocações por parte do povo.

Na sessão realizada em 27 de maio de 1998, Carlito Osório relata a perseguição que sofreu e explica por que teve de fugir:

Fui intimado para ir ao 3º BC, no qual passaria pelo mesmo constrangimento que passaram Dines Brozeghini Braga, Aristides da Silva Souza, Arlindo Sperandio e muitos outros companheiros que tiveram uma passagem muito dolorosa pelos porões dos Quartéis do 3º BC, mas tive que abandonar o meu emprego no antigo IAPC, hoje INSS, e fugi para não ter que delatar, através de torturas ou talvez até a morte, porque eu era um dos visados principais. A determinação da repressão militar daquela época, era pegar os cabeças das organizações e, através deles, infiltrar-se nos aparelhos dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como foi feito com o outro que me substituiu, o Sr. Foedes Santos, que ficou na Secretaria Geral, quando fomos para Bahia. Foi preso dentro do ônibus da Viação Itapemirim, quando ia daqui para o Rio de Janeiro. Foi conduzido para o Rio de Janeiro e lá levou a repressão e os repressores até a direção comunista do Brasil, onde foi morto. Nessa época, foram mortos o nosso secretário geral, Carlos Daniele, e mais três ou quatro companheiros, inclusive um rapaz de Goiabeiras, que já foi incluído como desaparecido político e sua família já recebeu indenização.

Se eu tivesse atendido à intimação do 3º BC, com certeza teria passado pelo mesmo processo de tortura para delatar os companheiros e levá-los até a direção nacional para serem mortos, como foram mortos, através da delação do Foedes. Não queria ser um elemento dessa natureza.

Em sessão realizada em 27 de maio de 1998, Iran Caetano fala da perseguição que sofreu:

O ano de 1968, no meu caso, em particular, foi marcado por centenas de atos por parte do regime desde a simples intimidação até prisões, humilhações e principalmente por fugas da minha parte. A minha habilidade em fugir se tornou tão especializada que muitas vezes eu fugia sem fugir, ou seja, me escondia dentro da própria faculdade, vivia lá, almoçava, dormia e conseguia espalhar o boato que tinha fugido para outro estado, para que eles me deixassem em paz. Cheguei a viver na Escola de Medicina por quarenta e cinco dias sem sair de lá. Parece que eles aprenderam e passaram a me buscar na sala de aula. Aí a coisa foi ficando mais difícil.

- *Ameaças*

Não só a tortura, mas também a ameaça de tortura era um meio eficaz de desestabilizar psicologicamente o prisioneiro. Mesmo aqueles que não sofreram maus-tratos físicos, ficaram com profundas seqüelas por terem sido ameaçados disso. Assim como relata Carlito Osório, em sessão realizada no dia 27 de maio de 1998:

Não fui torturado nem preso momentaneamente na chefatura de Polícia, mas o que passei na Bahia e em São Paulo para me ver livre da repressão foi uma coisa que me torturou muito psicologicamente e me deixou seqüelas muito sérias, que me atormentam até hoje.

Na sessão do dia 15 de junho de 1998, Antônio Flores fala das ameaças de que foi vítima enquanto esteve preso no quartel da Marinha, em Vila Velha:

No período que fiquei preso na Marinha, os policiais disseram que eu tinha que comer, porque não iria agüentar o interrogatório, pois não tinha hora de terminar. Um sargento mal-encarado dizia: “Se você não comer, não vai agüentar o interrogatório. Você tem que comer se não vou fazê-lo comer à força. Vou botar comida na sua boca. Você está muito magro”. Quase me deixaram louco na Marinha [...]. Eles só abriam as duas portas quando traziam a comida, pela manhã, à tarde e à noite.

João Amorim Coutinho fala, na sessão do dia 8 de junho de 1998, sobre a pressão que sofreu diante das ameaças do que poderiam enfrentar na Oban:

Confesso que, como estávamos vivendo momentos de terror, estava quase torcendo para que o avião caísse, porque teríamos uma chance de sobrevivência. Em São Paulo, por tudo que conheci dos relatos de tortura, de assassinatos de outros companheiros, temia que a chegada pudesse representar um não retorno.

Na sessão de 3 de junho de 1998, José César Leite fala do temor diante da ameaça de ser jogado do avião em pleno vôo, prática que era freqüente durante os regimes militares na América Latina:

Um fato interessante: os policiais federais foram nos buscar, voltando à Polícia Federal. No caminho, os agentes de um lado e de outro, no camburão, disseram que íamos para o aeroporto, alegando que eu não queria falar... Estava em evidência a informação de que colocavam os companheiros nos aviões e os jogavam no mar.

Foi mais uma forma intimidatória para tentar fazer com que passássemos informações para eles.

Atílio Juffo fala, na sessão de 8 de junho de 1998, da grande ansiedade provocada pelos boatos e ameaças:

As pressões foram muito grandes, não preciso contar aqui porque meus companheiros já o fizeram. O método era muito parecido, quase todo mundo tem narrado o que acontecia. Os métodos de pressão eram muito parecidos, como aquele de retirar de repente uma pessoa da Polícia Federal e levar para a polícia do Estado ou para o 3º BC. Não se sabia para onde ia. Isso já é uma tortura tremenda. [...] Mas o grande medo era ser retirado de uma prisão para outra e não se saber o que poderia acontecer. E surgiam boatos, tipo Geraldo Vandré estava morto, que não sei quem estava na Ilha Grande, etc. Aquela pressão era muito grande. Mantivemo-nos com a altivez necessária, a que foi possível ter numa situação daquela.

• *Prisão incomunicável*

Impedir o preso de ter contato com a família ou advogados constituía uma das muitas violações aos direitos humanos que a ditadura militar utilizou. Em sessão realizada no dia 3 de junho de 1998, Arlindo Sperandio conta que foi vítima desse tipo de constrangimento:

No quartel do Exército fiquei numa cela solitária, incomunicável, durante alguns dias, até ser levado para outro quartel militar da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Lá permaneci vários dias numa cela localizada em cima de um compartimento de torturas. Foram dias terríveis... permanecendo sem poder me alimentar e dormir. Devido ao precário estado de saúde em que me encontrava, passei alguns dias no Hospital Central do Exército antes do embarque para o presídio da Ilha Grande, onde cumpri a pena imposta pelo julgamento na Primeira Auditoria da Marinha. No presídio, fiquei alojado na galeria separada e destinada só para presos políticos. Havia presos de vários estados do Brasil, com líderes de várias facções políticas de esquerda. Na minha convivência no presídio fiquei conhecendo todos os presos da galeria, já que as celas permaneciam abertas durante todo o dia. Tínhamos a nossa sala de estudos e trabalhos manuais e uma cozinha onde preparávamos nossos alimentos. Isso foi conseguido através de muita luta e argumentação junto ao diretor do presídio.

Antônio Flores Rodrigues relembra, na sessão do dia 15 de junho de 1998:

A partir de 9 setembro de 1970, passei por todos esses vexames – junto com vários companheiros. Fiquei incomunicável, numa cela, sozinho, jogado, sem direito a nada. Só abriam a porta da cela para darem o almoço e o jantar. Dessa maneira, fiquei num estado de nervos tremendo. Havia um sargento que fazia provocação. Eu não queria comer. Naquele estado em que me encontrava, não podia me comunicar com ninguém. Os meus companheiros estavam em outras celas.

• *Prisioneiro nu*

Fazer o interrogatório com o prisioneiro nu era uma das armas dos agentes torturadores para quebrar as defesas psicológicas de suas vítimas. De acordo com Adyr Fiúza de Castro (*apud* Magalhães, 1997: 208), os ingleses recomendavam que se interrogasse o prisioneiro despido porque uma das defesas do ser humano é a roupa, e sem ela produz-se na vítima um estado de depressão e agonia muito grande.

Na sessão realizada no dia 15 de junho de 1998, Antônio Flores Rodrigues relata que passou por esta situação enquanto esteve preso em Vila Velha:

Depois me levaram para o 3º BC. Quando cheguei no quartel, me mandaram tirar a roupa. Fiquei pelado. Depois mandaram vestir a calça e não me deram o cinto, nem os documentos, que me pertenciam.

Participação médica

A tortura não foi usada apenas ocasionalmente pela ditadura militar, mas obedeceu a critérios específicos, recebeu verbas para sua execução e exigiu a organização de toda uma infra-estrutura para que fosse aplicada de maneira eficaz (*Brasil: nunca mais*, 1998:

230). Para que os seus objetivos fossem atingidos, os torturadores costumavam recrutar pessoal técnico e médico adequado. De fato, houve, durante a ditadura militar brasileira, participação direta de médicos e enfermeiros nos processos de tortura. A função deles era aumentar a dor e ao mesmo tempo, manter as condições mínimas para que a vítima possa suportar mais dor ainda nas mãos dos torturadores. Também se prestavam ao papel de conselheiros sobre os métodos mais adequados a deixarem o mínimo de marcas possíveis, impedindo, assim, as provas médicas de que a tortura tenha de fato ocorrido (Peters, 1989: 199).

Em sessão realizada no dia 13 de agosto de 1998, Dines Brozeghini Braga relata que presenciou a participação médica no seu processo de tortura:

Quando acordei, vi um sujeito com uma cruz, vestido de branco, querendo aplicar uma injeção. Disse: “Não quero. Só aceito medicamento indicado pelo médico que eu indicar”. Comecei a ficar irritado, mas fui me acovardando. Colocaram-me em uma solitária, onde permaneci durante vinte dias.

Francisco Feitosa relata a assistência médica à tortura que sofreu, na sessão realizada no dia 20 de maio de 1998:

O pessoal que me torturou tinha uma âncora. Eu fui torturado pela Equipe B de Fleury. Fleury depois morreu, como a imprensa sabe. Foi a Equipe B de Fleury que me torturou. Eles criaram a Equipe A, B e C. Deve ser Marinha, Exército e Aeronáutica. Depois que fui preso tive essas informações.

Então, depois que eu saía dali eu não agüentava andar, caía. E vinha um médico japonês para dar massagem no coração. Muitas vezes, eu pedia a ele para morrer, porque era cruel, era terrível. Eu dizia: “Não, deixa eu morrer”. Mas ele dava a massagem, porém eu achava que não voltaria a viver mais. Mas passou.

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, Aristides da Silva Souza conta como a negligência médica ocasionou a amputação de seu pé, em decorrência da erisipela que contraiu durante sua estada no 3º BC:

Há anos atrás eu lia o jornal *O Globo*. Nunca mais o li. Isso há vinte e cinco anos. Havia um reportagem diária com o título “O que devemos saber sobre medicina”. Todos os dias eu lia. Quando não tinha dinheiro para comprar o jornal, ia a uma barbearia e lia o jornal. Não me achava totalmente leigo em medicina. Quando cheguei à Santa Casa de Misericórdia, comecei a falar sobre o meu pé, querendo entender de medicina. O médico disse que eu nunca havia estudado medicina e disse: “Deixa de ser petulante, quem vai resolver o problema do seu pé são os médicos, que estudaram, vou cortar a sua perna toda, para você não ser tão petulante”. Eu estava com uma tensão nervosa, por ter saído da cadeia. [...] Eu com a erisipela no pé já bem avançada. O médico amputou. Depois da amputação, infeccionou. Tudo que é cortado direitinho, no outro dia já está sarando e no meu caso, não foi assim, porque era para cortar no meio do tibia.

Na mesma sessão, José Rocha ratifica o depoimento de Aristides da Silva Souza:

Só para reforçar, eu e a companheira Laura, ex-esposa do João Amorim Coutinho, fomos buscar o Aristides, realmente ele não podia nem andar. Ele veio apoiado nos meus braços, isso quando ele saiu da cadeia. Fica correto, que o Aristides perdeu o pé dentro da cadeia.

Seqüelas

São muitas as seqüelas deixadas pela tortura, não só de ordem física, mas também psicológicas e sociais. As pesquisas médicas têm revelado que poucas vítimas deixam de apresentar seqüelas psicológicas, poucas sofrem de apenas um tipo e que os métodos convencionais de terapia nem sempre são indicados no tratamento de vítimas de tortura. Uma das grandes dificuldades dessas pessoas é a de terem de se reabilitar num mundo que não compreende a provação por que passaram e que não oferece meios adequados de tratamento de seus problemas (Peters, 1989: 202-3).

Deve-se lembrar que as seqüelas da ditadura militar não se mostram somente no corpo ou na mente de suas vítimas, há também as conseqüências sociais como o fato de ser estigmatizado como preso político; a perseguição, mesmo após a comprovação da inocência; as dificuldades de se relacionar com a sociedade; problemas no emprego, etc., inúmeras perdas que os depoentes à Comissão dos Atos Políticos relatam a seguir.

Dorcas de Souza Coutinho, filha do militante político Enéas Pinheiro, relata em sessão realizada no dia 8 de junho de 1998, como ficou estigmatizada pelo fato de ser filha de comunista:

[...] vim para Vitória e fiquei conhecida como filha de comunista. E dessa época para cá nunca falei o meu nome certo, nunca tive a carteira de trabalho assinada. Quando descobriram que eu era filha de comunista, fugi da casa do Sr. Vespasiano Meireles e fui trabalhar em outro lugar. Depois disso, toda vez que eu passava, eles logo diziam: “Olha, a filha do comunista Enéas!” Agora que a igreja São Pedro assinou a minha carteira de trabalho.

A polícia não me prejudicou, porque não fui reconhecida. Quando um soldado em Colatina mandou que eu me retirasse em vinte e quatro horas, eu me retirei em meia hora.

Na mesma sessão, Atílio Juffo relata seu drama pessoal:

A perseguição foi muito grande e as pressões também. Elas foram aumentando. Quando fui preso, perdi o meu emprego. Era representante comercial e, quando fui preso, saiu a notícia em todos os jornais daqui, o Espírito Santo todo soube na época. Não tinha mais condições de trabalhar. Quando entrava numa farmácia, o cara já tinha até medo de falar comigo. Então, perdi aquele emprego. Vereador não ganhava nada na época, em Vila Velha, que era uma cidade com menos de cem mil habitantes e o vereador não recebia subsídios. Fiquei sem emprego e numa situação difícil.

Antônio Flores Rodrigues conta, na sessão do dia 15 de junho de 1998, como a perseguição o afetou psicologicamente:

Não me espancaram talvez por eu estar muito magro; tiveram pena. Mas psicologicamente me arrasaram. Por vários meses tomei remédios, fui a médicos, etc.

José César Leite, na sessão do dia 3 de junho de 1998, relata como a ditadura o prejudicou em seu emprego:

Mas, quando retornamos ao banco, quando voltamos para assumir porque ainda não havia formado culpa, a administração da agência em que eu trabalhava – eu tinha férias vencidas – obrigou-me a assinar um recibo. Obrigou não, disseram-me para assinar ou eu poderia ir para casa porque seria demitido. Naquela circunstância de constrangimento, fui obrigado a assinar um recibo de férias. Passei essas férias em Pedra D'Água, na penitenciária. Era essa a situação.

Na sessão realizada no dia 27 de maio de 1998, Ângela Milanez Caetano descreve, além dos sofrimentos a que foi submetida, as conseqüências disso em sua vida:

Na clandestinidade fui expulsa pelo Ato 477 e nunca mais tive oportunidade de concluir meus estudos, pois estava no último ano do seriado e, com a reforma universitária, o curso passou a ter sistema de crédito, e os créditos que me faltavam seria melhor fazer um novo vestibular.

Sendo assim, termino meu depoimento e me orgulho de não ter delatado companheiros, e de pertencer a um partido justo que é o PCdoB. Se tivesse que fazer tudo de novo, faria, não me arrependo de nada.

Quanto a minha saúde, me tornei uma pessoa angustiada, nervosa e com medo de tudo, mas não perdi a alegria de viver.

O meu maior medo é o da ditadura, espero que meus filhos e meus netos não tenham que passar por humilhações, vexames e sofrimentos pelos quais passamos. Espero justiça dos órgãos do governo, pois minha vida profissional e estudantil nunca mais foi concluída.

Dalva Pinheiro dos Santos, outra filha de Enéas Pinheiro, conta, em sessão realizada no dia 20 de maio de 1998, como toda sua família sofreu com a perseguição a seu pai:

[...] Não tive oportunidade de estudar, pois era perseguida. Estudei em um colégio e a professora, Isalmir Zouain, reprovou-me um ano por ser filha de comunista. No primeiro dia de aula, a professora me apresentou para as colegas dizendo que eu era a Dalva, filha do Enéas, comunista, e durante o tempo que estudasse naquela escola eu não teria recreio. Eu não tive recreio. No final do ano, passei para o segundo ano e a professora retirou a minha nota, dando-a para outra menina que era filha de uma lavadeira e precisava ser aprovada.

Depois disso achei um colégio melhor, que era o Creb (Centro Regional de Educação e Base), que hoje é a faculdade de Colatina. Estudei nesse colégio por quatro anos, mas, quando os pais dos alunos descobriram que eu estudava ali, não quiseram que seus filhos conversassem comigo. Eu ficava revoltada com a situação e, na saída da escola, batia nas crianças.

Minha irmã casou e eu vim para Vitória com ela. Já havia largado os estudos e não tinha mais como voltar. Só consegui fazer até a quarta série.

Todos nós fomos muito massacrados. Eles faziam plantão na nossa casa e uma vez a invadiram, levando máquina de escrever, roupa, documento, tudo que pertencia ao meu pai. Como éramos pequenos, não íamos atrás. Minha mãe tinha muito medo, não entendia a história do comunismo e morreu sem entender, pois para ela comunismo era como assaltante, uma coisa muito ruim. Isso tudo prejudicou muito a nossa família.

Lúcio da Costa Fonseca descreve, na sessão do dia 27 de maio, como sua vida profissional foi prejudicada pela perseguição:

Então fomos para São Paulo e continuamos a trabalhar. Em São Paulo eu não podia trabalhar, porque não tinha condições, então tirei uma documentação falsa para trabalhar. Essa ditadura me tosou o direito até de trabalhar. Então o que fiz? Tirei essa carteira que até hoje tenho comigo, consta o nome das empresas onde trabalhei, com outro nome. Ia trazê-la, mas achei que não seria conveniente. Tenho os documentos da Aeronáutica falando da minha condenação à cadeia. [...] Aqui em Vitória nunca consegui trabalhar.

Em sessão realizada no dia 13 de maio de 1998, Aristides da Silva Souza conta que também foi prejudicado profissionalmente:

Preso a minha ideologia concretizada nunca mais arranjei emprego, há trinta e cinco anos e nunca também quis me humilhar e nem solicitar emprego nenhum. Sobrevivi até hoje com a ajuda de amigos, nunca fiquei devendo a ninguém. Continuo querendo as transformações sociais. [...]

Na sessão do dia 27 de maio de 1998, o mesmo Aristides Souza Silva acrescenta:

Algumas observações: no meu caso, por não ter cedido até hoje às classes dominantes, do ponto de vista ideológico, me foi negado qualquer tipo de emprego para sobreviver e já se vão trinta e cinco anos, pois meu último emprego perdi por razões políticas, em 1963.

Francisco Feitosa relata na sessão do dia 20 de maio de 1998, como foi prejudicado profissionalmente por causa de seu passado político:

E a minha vinda para Vitória trouxe o famigerado “código de desemprego”, que eu não sabia. Você vai numa firma faz os testes, passa em tudo, e eles não dão o trabalho, por causa do passado político. Mas consegui falsificar, hoje não se consegue mais isso pelo avanço tecnológico, o computador mostra tudo, mas consegui esquentar uma carteira, como se chamava, consegui esquentar uma carteira profissional. Fui em São Paulo peguei uma declaração com meu ex-patrão, que viu que eu era trabalhador e gostava de mim e deu-me uma declaração.

[...] Quase fiquei maluco, com minha família para sustentar, não achava outra forma de ganhar a vida. Foi na época em que fui para Nova Venécia, caiu o AI-5. A queda desse Ato, o pessoal de esquerda daqui do Espírito Santo, Fernando Destefani, que esteve preso conosco em

São Paulo, não sei se vocês conhecem, o caçula, junto com Ronald Mansur, que é até uma pessoa que trabalha no jornal *A Gazeta*, Roberto Valadão, junto esse pessoal com Berredo, que na época era prefeito, me colocaram na Prefeitura de Vitória. Meu emprego na Prefeitura de Vitória é político. Se o AI-5 estivesse vigente, eu não estaria empregado. É bom colocar isso para que seja esclarecido.

Em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1998, Rubens José Vervloet Gomes relata parte dos prejuízos que lhe foram infligidos pela ditadura militar:

Agora, prejuízos materiais eu tive. Depois que saí do Exército, me liberaram para casa, mas eu não podia sair de casa, e a minha família não podia ficar lá. Fiquei um mês afastado dos meus filhos, o que eu mais amei e amo na vida, até hoje. E, graças a Deus, estou chegando ao fim dela, com setenta e sete anos, e recebo deles, inclusive da minha filha do segundo matrimônio, são sete, o carinho que me conforta, que me faz viver. Apesar de tudo que passei, eu vivi. Lutei pelo Brasil, lutei pelo Espírito Santo, defendi todos os movimentos pela democracia, pela liberdade. De modo que, tortura física eu não sofri, mas vocês podem imaginar o que é um pai que viveu para os seus filhos, que dedicou sua vida a eles, ficar quinze dias sem poder vê-los, [...], preso? [...] Imaginem as aflições que ficaram os meus, sem saber para onde eu tinha ido, e não tiveram notícia enquanto eu não falei, por telefone, com eles.

Na mesma sessão, seu filho Rubens Câmara Gomes Filho acrescenta informações sobre seu pai e sobre si mesmo, na época militante do movimento estudantil:

Creio que, situando historicamente, as perseguições que ocorreram, sobretudo, nesses dez anos iniciais da ditadura, de 64 a 74, foram realmente as mais marcantes. A partir da Anistia, que ocorreu em 79, o meu pai retornou à sua atividade política, quando se filiou ao PDT do ex-governador do Rio de Janeiro, Sr. Leonel Brizola. Foi, inclusive, candidato a governador pelo PDT em 1986. [...] Essas perseguições tiveram influências na minha vida profissional e pessoal de uma forma marcante.

João Amorim Coutinho declara em sessão realizada no dia 8 de junho de 1998:

É claro que tudo isso deixa seqüelas, dificuldade profissional. Era professor na época e dava aulas em algumas escolas. Tive que me afastar das escolas. Também havia trabalhado em jornal e tive dificuldade para conseguir voltar para os jornais. Enfim, durante algum tempo tive dificuldades para conseguir, do ponto de vista profissional, me realocar. E até mesmo quando fiz concurso público, alguns anos depois, para ingresso no Bandes, tive que providenciar uma série de certidões nas auditorias militares para conseguir ter acesso a uma coisa que tinha conquistado por direito, que era o concurso público.

Na mesma sessão, Isafas Pinheiro, outro filho de Enéas Pinheiro, relata:

Nunca consegui arrumar um emprego. Trabalho em obra, construção. Sempre quis ter um serviço melhor, mas quando se fala que é filho de comunista, dizem que vamos colocar o patrão contra vocês. Temos muitas dificuldades para sobreviver, mas Deus nos dando saúde, chegaremos lá.

Ainda naquela mesma sessão, outro filho de Enéas Pinheiro, Paulo Pinheiro de Souza, relata como sua infância foi marcada pelo estigma de ser filho de comunista:

Outra coisa que doía muito, era a solidão em que vivia no meio das crianças, pois das mesmas recebiam ordens dos seus pais e professores para não brincarem conosco, pelo fato de sermos filhos de comunistas. A nossa infância foi massacrada pelos maus-tratos, desprezo, ódio, humilhação e coisa semelhante. Precisei sair da escola no 5º ano do 1º grau, para trabalhar numa construção civil com o meu irmão, este que acabou de falar. Isto é, quando ele estava em liberdade, porque ele ficava mais preso do que solto.

Antônio Balliana conta, na sessão do dia 15 de junho de 1998, as dificuldades por que passou devido a perseguições no trabalho:

Os meus problemas ocorreram em Linhares, pois aos vinte e dois anos fiz um concurso para trabalhar no IBGE de lá. No município de Linhares passei dez anos. Como era jovem, fui incluído na turma do futebol e como tinha muita convivência com a juventude, fui secretário do Ginásio da Campanha do Educandário Gratuito. [...] Nós nos reuníamos com um grupo de pessoas que tinham idéias avançadas. Eu era o mais jovem, mas me passavam o livro e trocávamos idéia. [...] Isso foi o que mais me complicou lá. Ocorrido o golpe de 1964, o general Amauri Kruel tinha uma fazenda de cacau chamada fazenda Piraquê, às margens do Rio Doce. [...]

Segundo informações – não posso citar nomes porque não sei; dizem que foi o filho do Elias, que era prefeito, mas realmente não sei –, um amigo do Kruel fez uma lista dos chamados subversivos de Linhares e levou à fazenda, entregando-a a ele. De lá foi para Brasília, pois era uma pessoa importante no esquema dos generais. [...] Imediatamente, o meu chefe, o delegado de Estatística (naquele tempo, era inspetor regional de Estatística) transferiu-me, de ofício, para Afonso Cláudio. Eu era chefe de família, tinha filhos e a dificuldade começou por aí. [...] Passei por sérias dificuldades dentro do serviço. Os chefes às vezes não concordavam com isso, mas tinham medo de mim, tinham medo até de me dar oportunidade. Fui o que se pode chamar de perseguido dentro da repartição. Suportei o mais que pude porque sabia que a situação era difícil, ma tinha minha família, cinco filhas, por isso fui segurando a situação.

Em 1977, o IBGE se transformou em Fundação e oferecia oportunidade a todos os funcionários de deixarem de ser estatutários e passarem a ser celetistas. Mas eu não consegui passar. Me mandaram para os Correios, mas lá também não precisavam de funcionário até que o chefe me imprensou e então tive que aceitar uma aposentadoria proporcional ao tempo de serviço, porque eu tinha estabilidade. Entrei para o serviço público através de concurso e meu grande prejuízo foi essa aposentadoria forçada.

Na sessão do dia 15 de junho de 1998, Antônio Ribeiro Granja relata os prejuízos que a perseguição lhe causou:

Eu perdi a família, o sítio, duas empresas, tanto a de transporte como a agrícola, quatro carros, dois caminhões, uma kombi e um carro de passeio. O meu problema não é apenas do período militar, que foi mais uma sobrecarga jogada no processo que eu vinha levando. [...] Desde a minha dispensa da Vale do Rio Doce que estou sendo sempre prejudicado, devido à repressão, e neste Estado, não é de fora, não. O período militar foi mais um acúmulo, uma concentração, porque o sofrimento eu já vinha sofrendo.

Laura Maria Campos da Silva revela, em sessão realizada no dia 5 de agosto de 1998, como ela e seus familiares foram prejudicadas pela perseguição política:

Toda a nossa vida profissional foi prejudicada. Fiz um concurso no Sesc, passei, mas não consegui assumir, porque o diretor da casa, Carlos Alberto Conde Santos, meu colega de profissão, filho do então presidente desta Casa de Leis, o ex-deputado Alcino Santos, disse que, enquanto ele fosse chefe daquela divisão de odontologia, comunista não entraria.

Minha filha Iluska Coutinho estudou em escolas e eu constantemente me colocava em defesa de algumas atitudes dela. Ela era cobrada constantemente: “É doida igual à mãe”. O carma de ser filho de um ex-presos político é muito pesado, assim como ser marido. Até hoje vemos constantemente os filhos e o meu companheiro, o Trevisan, ser vitimado pelos simples fato de estar partilhando dessa ideologia, em defesa da dignidade, da decência e da democracia.

Na mesma sessão, Gildo Rodrigues Loyola testemunha os sofrimentos pelos quais alguns companheiros passaram durante a perseguição promovida pela ditadura militar:

No desenrolar desses episódios vimos e presenciamos a tristeza do companheiro Paulo Bigode, em passar na prova de acesso à CVRD e, por questão de segurança da empresa, não assumir a função. Vimos o companheiro Aristides sofrer humilhações dos órgãos policiais; Laurinha Coutinho abortar na cadeia; a Jussara Martins ficar com o ouvido danificado; o companheiro Netinho Feitosa não conseguir colocação nas empresas e ser ajudado pelos amigos a sustentar sua família; a José Carlos Rizk ser ameaçado na Polícia Federal pelo procurador da República, um tal de Geraldinho, que iria prejudicar o companheiro, fato que aconteceu na Ufes, quando o companheiro Rizk não conseguiu a colocação desejada.

Em sessão realizada no dia 19 de outubro de 1998, José Carlos Risck relata como sua vida foi prejudicada em alguns aspectos devido à sua militância política:

Entretanto, junto com outros colegas, respondi a processo perante a auditoria militar sediada no Rio de Janeiro. Lá pude testemunhar cenas que realmente não engrandeceriam a Justiça da época. No processo fui absolvido, como também os demais outros colegas.

Entretanto, continuavam as ameaças pairando sobre nós. Em primeiro lugar, éramos obrigados a nos apresentar todos os dias à Polícia Federal, fato esse que vigiei durante alguns meses. Depois, qualquer fato, qualquer acidente de percurso que pudesse haver no Brasil, de imediato passavam a tomar conta da gente, quando não nos chamavam ou prendiam ou, como acontecia, às vezes, apenas nos detinham por algumas horas. [...] Logo após ter-me formado em Direito, ministrei durante anos, informalmente, aulas no curso de Direito, em substituição a um determinado

professor. Ante a possibilidade de ser contratado, o então chefe do Serviço de Informação ou Segurança da Ufes, não só proibiu como também não deixou que eu continuasse a ministrar aulas oficiosamente no referido curso.

Profissionalmente algumas oportunidades também perdi. Deixei de ser nomeado para alguns cargos exatamente pela atividade política que tinha desenvolvido.

Em várias oportunidades também fui convocado a comparecer à 2ª Seção do Exército, em Vila Velha, para dizer qual era a atividade profissional e funcional que estava desenvolvendo à época.

Em sessão realizada no dia 26 de outubro de 1998, Naumyr Motta Calatroni fala em nome de seu esposo, João Calatroni, incapacitado de falar devido às seqüelas deixadas por sua prisão:

Estou aqui para relatar aquilo que o meu esposo não tem condições de falar. Desde que aconteceu tudo aquilo com ele, quando foi preso, ele teve um trauma muito grande e se encontra sempre em depressão. Não consegue falar tudo aquilo que deveria.

As seqüelas ficaram não só no corpo e na mente dos supliciados, mas na sociedade como um todo. Apesar de muitos já terem esquecido – ou fingirem ter esquecido – esse negro período da história brasileira, os relatos estão aí para quem quiser ver e comprovar. E, mais do que isso, estes relatos servem para que essa época jamais seja esquecida e que toda essas transgressões aos básicos direitos do ser humano jamais voltem a acontecer em nosso país.